

**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS EXATAS E DA NATUREZA
CURSO DE LICENCIATURA EM CIÊNCIAS BIOLÓGICAS A DISTÂNCIA**

RITA NAYANE DE LUCENA FRANÇA

**A PERCEPÇÃO DE ALUNOS DA REDE PÚBLICA DE ENSINO EM SÃO BENTO-
PB SOBRE A EDUCAÇÃO SEXUAL NA ESCOLA**

**SÃO BENTO - PB
2022**

RITA NAYANE DE LUCENA FRANÇA

**A PERCEPÇÃO DE ALUNOS DA REDE PÚBLICA DE ENSINO EM SÃO BENTO-
PB SOBRE A EDUCAÇÃO SEXUAL NA ESCOLA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Coordenação do Curso de Licenciatura em Ciências Biológicas a Distância, do Centro de Ciências Exatas e da Natureza da Universidade Federal da Paraíba, como requisito parcial para a obtenção do título de Licenciado(a) em Ciências Biológicas.

Orientador: Prof. Dr. Rafael Angel Torquemada Guerra

SÃO BENTO - PB
2022

Catálogo na publicação
Seção de Catalogação e Classificação

F814p Franca, Rita Nayane de Lucena.

A percepção de alunos da rede pública de ensino em São Bento-PB sobre a educação sexual na escola / Rita Nayane de Lucena Franca. - João Pessoa, 2022.
51 f. : il.

Educação à Distância, UFPB, Polo São Bento/PB.

Orientação: Rafael Angel Torquemada Guerra.

TCC (Curso de Licenciatura em Ciências Biológicas)
- UFPB/CCEN.

1. Educação sexual. 2. Ensino médio. 3. Sexualidade humana. I. Guerra, Rafael Angel Torquemada. II. Título.

UFPB/CCEN

CDU 57(043.2)

**A PERCEPÇÃO DE ALUNOS DA REDE PÚBLICA DE ENSINO EM SÃO
BENTO-PB SOBRE A EDUCAÇÃO SEXUAL NA ESCOLA**

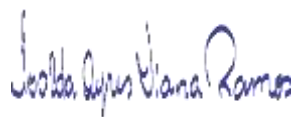
Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à
Coordenação do Curso de Licenciatura em
Ciências Biológicas a Distância, do Centro de
Ciências Exatas e da Natureza da Universidade
Federal da Paraíba, como requisito parcial para
a obtenção do título de Licenciado(a) em
Ciências Biológicas.

Aprovado em: 22 / 06 /2022.

BANCA EXAMINADORA:



Prof. Dr. Rafael Angel Torquemada Guerra – UFPB/CCEN/DSE
Orientador



Profa. Esp. Isolda Ayres Viana Ramos - UFPB/CE/DME
Examinadora



Profa. Dra. Eliete Lima de Paula Zárate – UFPB/CCEN/DSE
Examinadora

Dedico este trabalho a mim, primeiramente, que fui firme diante das dificuldades ao longo do caminho. Em segundo lugar, aos poucos amigos que acreditam no meu potencial e não me deixaram desistir quando pensei que não havia forças para continuar, e a meus familiares.

AGRADECIMENTOS

Agradecer, de certa forma, não é algo muito fácil de fazer, pois somos humanos e falhos, muitas vezes orgulhosos, e não enxergamos a importância que muitas pessoas tiveram ao longo da nossa caminhada.

Eu costumo falar que todos precisamos de ajuda alguma vez na vida. Foram pouco mais de cinco anos de luta e muito esforço para chegar até aqui. Por ser um curso a distância tive muita dificuldade. Então chegou a hora de dar significado à palavra agradecer e, principalmente, destacar a quem agradecer.

Agradeço aos meus colegas com os quais, mesmo com a distância, sempre pude contar. A alguns parentes e amigos que me deram muitas palavras de conforto e me motivaram a nunca desistir. Ao meu orientador prof. Dr. Rafael Angel Torquemada Guerra, que foi extremamente importante, com seus ensinamentos e paciência dedicada a mim, por não desistir, por ser forte e por ter me tornado uma pessoa da qual sinto muito orgulho. E tenho certeza que todos que enxergam sentem o mesmo.

Quero registrar também um agradecimento especial a todos os alunos e professores que muito gentilmente aceitaram fazer parte da pesquisa, fornecendo, a partir do questionário, dados e comentários muito importantes para que o estudo pudesse ser realizado.

RESUMO

A Educação Sexual auxilia o adolescente, ajudando-o a lidar com suas inseguranças e apresentando questões como a gravidez precoce e as Infecções Sexualmente Transmissíveis (IST). O presente trabalho justifica-se pela necessidade de apresentar uma perspectiva atual do tema da Educação Sexual no Brasil, considerando os documentos norteadores do currículo. Seu objetivo geral é conhecer a percepção de alunos que cursam o Ensino Médio na rede pública da cidade de São Bento – PB sobre a importância e a disponibilidade da Educação Sexual como parte do currículo escolar. São seus objetivos específicos: apresentar a importância da Educação Sexual para a formação humana; indicar os principais desafios e obstáculos à Educação Sexual escolar e avaliar de que forma os documentos norteadores do currículo escolar incluem temas relacionados à sexualidade humana. O trabalho possui um levantamento teórico (descritivo), de tipo bibliográfico, considerando as contribuições de autores como Ribeiro (2004), Bueno e Ribeiro (2018) e Arpini e Savegnago (2014), e levando em consideração os Parâmetros Curriculares Nacionais – PCN (BRASIL, 1997) e a Base Nacional Comum Curricular – BNCC (BRASIL, 2018). Uma pesquisa em campo também foi empreendida, a partir de um questionário dirigido aos participantes. Conclui-se que os principais desafios para a educação sexual dos jovens estão ligados à resistência dos pais em trazer o diálogo sobre sexualidade para a vida familiar. Por outro lado, a escola precisa ser mais efetiva na abordagem desse tema no viés do autoconhecimento, pois há falhas, não havendo um trabalho em dia com os documentos norteadores do currículo, que já mencionam a abordagem da sexualidade como um importante tema transversal desde os anos 1990.

Palavras chave: Educação Sexual. Desafios. BNCC.

ABSTRACT

Sex education assists the adolescent by helping them deal with their insecurities and presenting issues such as early pregnancy and Sexually Transmitted Infections (STIs). This study is justified by the need to present a current perspective on the topic of sex education in Brazil, considering the guiding documents of the curriculum. Its general objective is to know the perception of students who attend high school in the public network of the city of São Bento – PB about the importance and availability of sex education as part of the school curriculum. Its specific objectives are: to present the importance of sex education for human formation; to indicate the main challenges and obstacles to school sex education and to evaluate how the guiding documents of the school curriculum include themes related to human sexuality. The work is based on a biographical research, considering the contributions of authors such as Ribeiro (2004), Bueno and Ribeiro (2018) and Arpini and Savegnago (2014), and taking into account the PCN (BRASIL, 1997) and the BNCC (BRASIL, 2018). A field survey was also undertaken, based on a questionnaire addressed to the participants. It is concluded that the main challenges for the sexual education of young people are linked to the resistance of parents to bring the dialogue about sexuality into family life. On the other hand, the school needs to be more effective in addressing this theme in the bias of self-knowledge, because there are flaws, and there is no current work with the guiding documents of the curriculum, which already mention the approach to sexuality as an important transversal theme since the 1990s.

Keywords: Sex Education. Challenges. BNCC.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 –	<i>Momentos da Educação Sexual no Brasil, de acordo com Ribeiro (2004)</i>	14
Quadro 2 –	Habilidades da BNCC no Objetivo de conhecimento Sexualidade	24
Quadro 3 –	Comentários dos participantes	40
Quadro 4 –	Perguntas ao professor e suas respostas	41

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 –	Com quem você possui maior liberdade para conversar sobre sexualidade e métodos de prevenção?.....	28
Figura 2 –	Educação Sexual é um tema importante, na sua opinião?.....	29
Figura 3 –	Que métodos de prevenção ou anticoncepcionais você conhece?	31
Figura 4 –	Se estivesse namorando, quais métodos usaria?	32
Figura 5 –	Conhece alguém que já engravidou na sua idade?	33
Figura 6 –	Qual foi a sugestão dos mais próximos?.....	34
Figura 7 –	Na sua opinião, o uso da camisinha seria um bom método de prevenção de gravidez ou IST?	36
Figura 8 –	Sua escola fornece informações sobre sexualidade, gravidez e IST?	37
Figura 9 –	Na sua opinião, essas informações têm contribuído para a diminuição dos casos de gravidez e IST entre os jovens?.....	38
Figura 10 –	Quem poderia dar mais informações?.....	39

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	11
2 REFERENCIAL TEÓRICO	14
2.1 Histórico da Educação Sexual no ensino brasileiro	14
2.2 Conceituando Educação Sexual	17
2.3 Desafios e perspectivas para a Educação Sexual nas escolas públicas.....	19
2.4 PCN, BNCC e a Educação Sexual nas escolas	22
3 METODOLOGIA	26
4 RESULTADOS E DISCUSSÃO	28
CONSIDERAÇÕES FINAIS	43
REFERÊNCIAS	45
APÊNDICES	48

1 INTRODUÇÃO

No contexto brasileiro, a Educação Sexual passou por diversas transformações em virtude das características dos diferentes períodos históricos, modificando-se e, em certos contextos, silenciando-se ou omitindo-se diante do discurso hegemônico de então. Em todas as etapas desse percurso histórico, Ribeiro (2004), identifica seis diferentes *momentos* da Educação Sexual no Brasil – as crenças religiosas e as determinações sociais da Igreja Católica modelaram o modo de se ver (e ensinar sobre) o sexo. Foi no princípio do século XX que se passou a discutir sobre o ingresso de conteúdos relacionados à sexualidade humana no currículo escolar. Naquela época, o enfoque era combater, de um ponto de vista médico-higienista, o que se consideravam problemas sociais e de saúde, como a masturbação, por exemplo (BUENO E RIBEIRO, 2018).

Com o amadurecimento de conhecimentos científicos e as transformações sociais, novas necessidades surgiram, e com elas novos discursos. Durante a década de 1980, por exemplo, as novas configurações sexuais da sociedade, fruto dos métodos contraceptivos e da *revolução sexual* causaram preocupações relacionadas aos temas da gravidez na adolescência e de Infecções Sexualmente Transmissíveis (IST) anteriormente conhecidas como Doenças Sexualmente Transmissíveis (DST). No mundo todo, milhares de pessoas morriam em decorrência de complicações da Síndrome da Imunodeficiência Adquirida (AIDS) causada pelo vírus HIV, inclusive artistas famosos como Freddie Mercury (vocalista da banda inglesa Queen) e, no Brasil, Cazuza (falecido em 1989). Com a preocupação, surgiu a demanda pela Educação Sexual nas escolas, como explicam os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN):

A partir de meados dos anos 1980, a demanda por trabalhos na área da sexualidade nas escolas aumentou devido à preocupação dos educadores com o grande crescimento da gravidez indesejada entre os adolescentes e com o risco da contaminação por HIV (vírus da Aids) entre os jovens. A princípio, acreditava-se que as famílias apresentavam resistência à abordagem dessas questões no âmbito escolar, mas atualmente sabe-se que os pais reivindicam orientação sexual nas escolas, pois reconhecem não só a sua importância para crianças e jovens, como também a dificuldade de falar abertamente sobre esse assunto em casa (BRASIL, 1997, p. 111).

Os PCN, publicados em 1997, representaram um avanço em direção a um ensino sexual presente nas escolas, inserindo no currículo das escolas públicas de todo o país importantes temas, como a postura dos professores diante da curiosidade dos adolescentes e das perguntas e comentários sobre sexualidade, a importância do conhecimento do próprio corpo e o respeito à diversidade sexual, dividindo por ciclos, correspondentes às diferentes etapas da educação escolar, os diferentes vieses de abordagem da sexualidade, vista como “algo inerente à vida e à saúde, que se expressa no ser humano, do nascimento até a morte. Relaciona-se com o direito ao prazer e ao exercício da sexualidade com responsabilidade” (BRASIL, 1997, p.287).

No atual estágio da educação brasileira, passados mais de vinte anos desde os PCN e diante das tecnologias que avançam rapidamente e fazem cada vez mais parte dos lares, ainda se evidencia um sentimento de resistência ou hesitação para se falar de sexualidade na escola. A mentalidade autoritária e puritana que se fez tão fortemente presente através das décadas, chegando-se a proibir, nos anos 1960, a Educação Sexual na escola, ainda é bastante presente no ideário de muitas famílias brasileiras. Cabe questionarmos: de que modo se trabalha com a Educação Sexual nas escolas, na atualidade?

Uma vez compreendido o importante papel da sexualidade para a vida humana, observa-se que a Educação Sexual, praticada pelos pais e pela escola, auxilia o adolescente, ajudando-o a lidar com suas dúvidas e inseguranças, bem como apresentando-lhe questões como a gravidez precoce e as Infecções Sexualmente Transmissíveis (IST), como forma de promover a conscientização e a prevenção por meio da educação. A realização do presente trabalho justifica-se pela necessidade de apresentar uma perspectiva atual acerca do tema da Educação Sexual no Brasil, levando em conta os mais recentes documentos que norteiam o currículo nas diversas modalidades de ensino, sendo a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) o mais recente.

Teve como objetivo geral conhecer a percepção de alunos que cursam o Ensino Médio na rede pública da cidade de São Bento – PB sobre a importância e a disponibilidade da Educação Sexual como parte do currículo escolar. E específicos: apresentar a importância da Educação Sexual para a formação humana; indicar os principais desafios e obstáculos à Educação Sexual escolar e avaliar de que forma os documentos norteadores do currículo escolar incluem temas relacionados à sexualidade humana.

Para alcançar os objetivos propostos, o trabalho está dividido em 5 seções. A primeira, Introdução visa levar o leitor a conhecer o contexto. A segunda, Referencial Teórico apresenta a base documental que baseou a informação do mesmo e contém uma subseção intitulada *Histórico da Educação Sexual no ensino brasileiro*, objetiva traçar um panorama histórico da Educação Sexual no Brasil, demonstrando os principais desafios para trabalhar nesse campo de ensino, bem como as concepções sobre o mesmo em diferentes épocas históricas. Esta divide-se em três capítulos menores, intitulados *Conceituando Educação Sexual*, *Desafios e perspectivas para a Educação Sexual nas escolas públicas e PCN, BNCC e a Educação Sexual nas escolas*, esta última voltada a avaliar como esses importantes documentos norteadores para a educação brasileira abordam o tema. A terceira seção do trabalho trata dos aspectos metodológicos que orientaram a pesquisa aqui apresentada. Por sua vez, a quarta seção apresenta os resultados obtidos a partir da análise dos dados e, finalmente, a quinta seção apresenta as Considerações Finais, que concluem a pesquisa, apresentando as contribuições alcançadas.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Para obter um embasamento teórico, foram feitas pesquisas tanto na bibliografia pertinente quanto nos meios digitais que abordam o tema. A seguir apresenta-se um pequeno painel desse embasamento.

2.1 Histórico da Educação Sexual no ensino brasileiro

Para a compreensão dos desafios e oportunidades que envolvem a abordagem da Educação Sexual no Brasil, é relevante apresentar um percurso histórico dos diferentes estágios do comportamento sexual, como era encarado pela sociedade, e da instrução sobre sexo neste país. Nesse sentido, o trabalho de Paulo Rennes Marçal Ribeiro, intitulado *Os momentos históricos da educação sexual no Brasil* mostra-se bastante útil como forma de organizar as informações sobre o tema em períodos históricos, chamados pelo autor de *seis momentos*. A pesquisa de Ribeiro mostra que a Educação Sexual nas escolas brasileiras é uma realidade nova, uma verdadeira conquista, que se tentou frear (reprimir e censurar) durante períodos autoritários da história recente do país.

Para melhor visualização e entendimento dos seis momentos propostos por Ribeiro (2004), apresenta-se, a seguir, no Quadro 01, um resumo informativo sobre o percurso histórico da instrução sobre sexualidade no contexto brasileiro.

Quadro 1 – Momentos da Educação Sexual no Brasil, de acordo com Ribeiro (2004).

Momento	Período histórico	Descrição
Primeiro	Brasil Colônia	Comportamento libidinoso do homem, submissão e repressão da mulher e normas da Igreja
Segundo	Século XIX	Controle das práticas sexuais por parte da moral médica
Terceiro	Início do Século XX	Livros trazem orientações para a vida sexual (com um enfoque ainda médico-higienista)
Quarto	Década de 1960	Algumas experiências de Educação Sexual no ensino; censura durante o período militar
Quinto	1978 até a década de 1990	Abertura política; maior liberdade; surgem projetos de Educação Sexual. Mulheres conquistam maior espaço
Sexto	A partir de 1996	PCN; abordagem de orientação sexual nas escolas, de forma transversal; surge a internet

O discurso sobre sexualidade, no decorrer da história do Brasil foi bastante influenciado e/ou controlado pelos detentores do poder religioso e político, como a Igreja católica (e, mais recentemente, as evangélicas) e o Governo, utilizando-se, eventualmente, também a abordagem médica e higiênica como forma de reafirmar as práticas normativas da sexualidade, em detrimento das que eram proscritas pela moralidade dominante (sexo anal, masturbação), tidas como severos males à saúde e ameaças ao público (BUENO E RIBEIRO, 2018).

Na maior parte da história brasileira, a fruição da sexualidade, tal qual encarada pelo discurso normativo, era algo próprio do homem branco heterossexual, o qual raramente era reprovado por suas formas de expressão sexual, uma vez que “Durante a escravatura, os corpos dos escravos pertenciam aos seus donos como se fossem corpos de animais. Logo, os brancos podiam manifestar livremente a agressividade e luxúria sobre negras e, não raro, sobre negros” (FREITAS, 2001, p. 64). Obviamente, apesar da frouxidão de costumes que havia na prática, o discurso dos eclesiásticos que viviam no Brasil durante os primeiros séculos da colônia era bastante crítico da libertinagem em que viviam os homens, o que também é revelador das práticas sexuais da época. Manuel da Nóbrega, em carta ao padre Simão Rodrigues de Azevedo escrita em 1549, queixa-se: “Espero em Nosso Senhor fazer-se fruto, posto que a gente da terra vive em pecado mortal, e não há nenhum que deixe de ter muitas negras das quais estão cheios de filhos e é grande mal” (OLIVIERI E VILLA, 2004, p. 48). A preocupação maior é com a prole, fruto de relações inter-raciais e com a manutenção do status quo religioso.

Quanto às mulheres, no decorrer da história, em sociedades marcadamente patriarcais, desempenharam um papel social secundário, sendo, por um lado, reconhecidas como geradoras de vidas e lares mas, por outro, pelo mesmo motivo, e pela necessidade da monogamia, tiveram sua expressão sexual colocada em segundo plano ou mesmo considerada como indesejada (RUSSO, 2019). O adultério masculino, como se pode observar a partir dos testemunhos acima, sobre a sexualidade masculina no período colonial brasileiro, era comum, e, quando tratado de forma negativa por eclesiásticos, era por promover relacionamentos inter-raciais e perverter os costumes católicos europeus. O mesmo nunca foi uma realidade em relação às mulheres, cujo mero desejo erótico é, em contextos patriarcais, considerado um obstáculo, como demonstra Russo:

É notável o embate social posto entre maternidade e erotismo ao longo de toda a História. Se no início a obra civilizatória, pelas sendas da maternidade, foi considerada como algo produzido pela virtude e graça das mulheres, depois elas foram consideradas anticivilizatórias, por suas demandas imperativas do desejo e do erotismo. Sob a ótica da maternidade as mulheres se inscrevem no trabalho incansável da construção civilizatória, mas pela vertente do desejo elas seriam um obstáculo intransponível a esse processo (RUSSO, 2019, p.3).

Em um segundo momento histórico do discurso sobre sexualidade no Brasil, as prescrições médicas e higiênicas, baseadas em conhecimentos científicos da época, também se colocaram como fortes marcadores normativos da conduta sexual dos indivíduos no século XIX como aponta Ribeiro (2004). E, de fato, até o início do século XX, manuais e outros livros, escritos por médicos, começaram a ofertar orientação sexual para as pessoas. Pode-se considerar esse fato um avanço histórico, se comparado a tempos anteriores. No entanto, deve-se notar que o discurso médico de então, baseando-se em conhecimentos científicos hoje sabidamente ultrapassados, divulgava informações que discriminavam diversas práticas sexuais como sendo prejudiciais à saúde das pessoas, como, por exemplo, a masturbação, antigamente considerada uma prática altamente perigosa para a saúde física e mental das pessoas (BAUMEL, 2014).

Pode-se afirmar que o discurso médico representou, para a informação a respeito do sexo, no século XIX o que o ensinamento da Igreja transmitia, em séculos anteriores, uma vez que, falando com a autoridade do saber científico, apresentava algumas condutas sexuais humanas como sendo perigosas, devendo ser combatidas pelos meios de informação em nome do bem geral (ou seja, da saúde). Nesse contexto, cabe citar também a consideração da homossexualidade, nos manuais médicos anteriores à década de 1990, final do século XX, como sendo uma perversão ou doença como mostram Diniz e Luz a seguir:

O sexo torna-se objeto de saber por meio de dispositivos de poder nos discursos sobre a sexualidade presentes, por exemplo, no discurso médico-científico que busca a normatização da sexualidade, com especial atenção sobre a sexualidade da mulher, da criança, do/a adolescente, e das chamadas sexualidades periféricas, como a homossexualidade, que até 1990 ainda era diagnosticada pelo discurso médico no Brasil como perversão ou distúrbio sexual, embora, a partir de 1985, já não constasse mais nos manuais da Associação Médica Brasileira como tal. Em 17 de maio de 1990, a Organização Mundial de Saúde (OMS), entendendo que a

homossexualidade não é um distúrbio, a retirou de seus manuais de doença. (DINIZ; LUZ, 2007, p.5)

Observa-se que os saberes envolvendo o comportamento sexual humano foram historicamente alvos de repressão (posteriormente mencionaremos os esforços de governos autoritários do século passado no Brasil para restringir a Educação Sexual) pelas autoridades constituídas. Indivíduos com identidades sexuais diferentes das que se consideram normativas foram (e ainda são) discriminados, e até mesmo às mulheres, uma enorme parcela da população, era negada, pela sociedade patriarcal, a ampla expressão do erotismo e da sexualidade (RUSSO, 2019). A seguir, propomos uma conceituação de Educação Sexual, lançando um olhar para diferentes aproximações do tema, para, a partir de uma leitura dos Parâmetros Curriculares Nacionais, observarmos, posteriormente, o estágio atual da Educação Sexual nas escolas brasileiras.

2.2 Conceituando Educação Sexual

Para que haja uma maior clareza na abordagem do tema da Educação Sexual no ensino público brasileiro, é necessário trazer certos conceitos, de modo a compreender o que se entende por sexo, sexualidade e Educação Sexual. Constatamos que a palavra sexo, como pode ser vista nos dicionários e enciclopédias, é utilizada para nomear diversos fenômenos diferentes: as diferenças biológicas macho/fêmea, nas espécies, a relação sexual, o conjunto de componentes emocionais e físicos que estão envolvidos nesta, os próprios órgãos genitais etc. Trata-se, portanto, de um termo plurissignificativo que precisa ser delimitado de acordo com o contexto em que a discussão esteja inserida.

Por esse motivo, há, na língua portuguesa e em muitas outras, outro termo, mais recente, que busca nomear especificamente certos aspectos do sexo. Trata-se do termo *sexualidade*. O dicionário mini Aurélio digital registra dois significados simples sobre essa palavra, a saber: 1. “condição de sexual”; 2. “sensualidade; sexo”. Trata-se de uma definição muito reduzida, insuficiente. No trabalho de Ana Cláudia Bortolozzi Maia, chamado *Sexualidade e educação sexual*, encontramos uma conceituação bem mais ampla e clara dessa palavra:

Sexualidade é o nome que damos para o aspecto da vida humana que inclui as sensações corpóreas e subjetivas que envolvem, também, as questões emocionais. Claro que não dá para separar a emoção, a razão, a cognição e as questões sociais, o que torna a sexualidade um conceito abrangente, que diz respeito a várias manifestações e não somente a sexo. Quando falamos de sexo, nos referimos às práticas sexuais ou à relação sexual, isto é, um comportamento que envolve as questões genitais. Também falamos de sexo para categorizar pessoas em machos e fêmeas, mas isso seria mais um dos componentes da sexualidade (MAIA, 2014, p.2).

Trata-se de um conceito complexo, que envolve diversos aspectos da vida humana, ou seja, questões reprodutivas, emocionais, corporais e, por que não mencionar, culturais. Como tal, a sexualidade é uma dimensão da vida de todas as pessoas humanas, uma vez que é parte natural do processo de amadurecimento que ocorre em todos. Por mais que, em muitas famílias, a sexualidade seja um tabu, sobre o qual simplesmente não se fala, considerando-se como algo estritamente privado, íntimo, que não deve ser mencionado com detalhes, onde há humanos, lá se faz presente a sexualidade.

Enquanto dimensão importante da vida humana, a sexualidade está sujeita à educação, ou seja, ao amadurecimento, à instrução e ao saber. Ainda que os aspectos preventivos (ou seja, a Educação Sexual como forma de prevenir comportamentos perigosos e riscos à saúde) sejam mencionados inclusive pelos próprios PCN, convém ressaltar que nem só de prevenção vive a Educação Sexual. Esse campo do ensino não é, ao contrário do que certos discursos preconizam, um *mal necessário*, voltado a instruir os jovens para que não sofram prejuízos ao longo dos anos em virtude das práticas sexuais que já fazem parte de suas vidas. É algo mais amplo. Trata-se de toda uma gama de saberes, conceitos, ideias, que aparecem na vida de todas as crianças e adolescentes em algum momento, e estão sujeitas à educação, ou seja, ao desenvolvimento e amadurecimento:

Ao tratar do tema Orientação Sexual, busca-se considerar a sexualidade como algo inerente à vida e à saúde, que se expressa desde cedo no ser humano. Engloba o papel social do homem e da mulher, o respeito por si e pelo outro, as discriminações e os estereótipos atribuídos e vivenciados em seus relacionamentos, o avanço da AIDS e da gravidez indesejada na adolescência, entre outros, que são problemas atuais e preocupantes (BRASIL, 1997, p.107).

A citação acima, dos PCN, é reveladora de diversas coisas. À época em que o documento foi produzido, utilizava-se o termo Orientação Sexual, em vez de Educação Sexual. Os aspectos preventivos, como já mencionado, estão patentes na citação, e não poderiam deixar de estar, levando-se em conta o contexto social da época e a realidade nacional como um todo. No entanto, observamos que se compreende o ensino relacionado à sexualidade em uma acepção ampla do termo. Trata-se de uma dimensão humana importante “pois independentemente da potencialidade reprodutiva, relaciona-se com a busca do prazer, necessidade fundamental dos seres humanos” (BRASIL, 1997, p. 117).

A educação, como uma realidade transformadora (libertadora, como diria Paulo Freire), esbarra sempre em realidades sociais estabelecidas, desafiando o que se tem como fato estabelecido. No âmbito da educação sobre sexualidade, bem como em muitos outros, a família é, e sempre será, o mais forte fator. Quando a escola se apresenta como agente de Educação Sexual, surge uma colaboração e, também, diversos conflitos com as instituições estabelecidas, sobretudo com a família. Muitos questionam: afinal, não deveriam ser os pais a falar sobre sexo e sexualidade com seus filhos? Por que a escola se põe como agente de educação sobre essas temáticas?

Na subseção a seguir, serão abordados quais são os maiores desafios, numa perspectiva histórica, que a escola enfrenta diante da questão da educação sexual, evidenciando as ações que o poder constituído desenvolveu, diversas vezes na história brasileira, para evitar o ensino sobre sexualidade nas escolas, ou limitá-lo.

2.3 Desafios e perspectivas para a Educação Sexual nas escolas públicas

Os poderes constituídos representaram, através de toda a história brasileira, obstáculos para que o tema do sexo pudesse ser livremente abordado, ainda que pelo viés educativo, nas escolas. Um dessas importantes vozes que combatiam ou controlavam o discurso sobre sexualidade era a Igreja Católica, para a qual o sexo sempre esteve ligado à limitação carnal do ser humano, devendo-se, portanto, promover a castidade (pureza, em oposição à luxúria e à sensualidade). De acordo com o estudo de Bueno e Ribeiro, “A situação só começa a se modificar após o Concílio Vaticano II, quando algumas ordens religiosas passam a ver a sexualidade

de forma diferente, devido ao novo valor atribuído a esta no plano da criação divina” (BUENO E RIBEIRO, 2018, p. 51).

Realizado entre 1962 e 1965, o Vaticano II representou uma importante mudança de paradigmas em diversos temas que dizem respeito à relação entre a Igreja Católica e o mundo moderno. No remanso das inovações no campo do ensino a respeito da sexualidade humana, foram implantados, nos anos iniciais e em meados da década de 1960, diversos projetos e iniciativas de Educação Sexual em importantes escolas brasileiras. No entanto, mais uma vez esse direcionamento histórico foi interrompido por fatores externos à educação. Como é do conhecimento geral, entre 1964 e 1985 o Brasil foi governado por presidentes militares, em um regime de fortes incertezas e agressões aos direitos, tendo havido uma repressão à Educação Sexual, tida como um campo de atuação de *subversivos*:

o regime militar imposto pelo Golpe de Estado de 1964 produziu um contexto de redução das liberdades individuais e manifestações da sexualidade, incluindo a restrição da liberdade do debate sobre esse tema. Isso causou um retrocesso na Educação Sexual, com o fechamento de escolas e denúncias de professores que se atreviam a continuar com projetos nessa área, em regime de semiclandestinidade (BUENO E RIBEIRO, 2018, p. 52).

A história da Educação Sexual no Brasil, portanto, foi interrompida diversas vezes, e esteve sempre sob o controle do poder oficial. É evidente, como muitos autores já notaram, que um período de vinte anos sob uma ditadura traz consequências duradouras para a mentalidade das gerações, de modo que a jovem democracia brasileira ainda precisa aprender a lidar com diversos temas sem constrangimentos evocados pelo espírito de autoritarismo que ronda, infelizmente, mesmo até hoje, as esferas da educação e do poder público. Em uma matéria de 2019, intitulada *Educação sexual ainda é tabu no Brasil e adolescentes sofrem com a falta de informação*, o portal jornalístico G1 (<https://G1.globo.com>) demonstra de que modo os adolescentes, em diversas localidades do Brasil, ainda convivem com desinformações e crendices, diante do tabu que é falar sobre sexualidade nas escolas, uma vez que “A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional foi publicada em 1996 e não define parâmetros para a educação sexual” (G1, 2019, n/p).

A inibição e certa desconfiança da parte de setores tradicionais/religiosos da população diante da Educação Sexual (lembremos que todos os anos a distribuição

de preservativos durante o período do carnaval, por exemplo, recebe duras críticas desses setores) é um dos desafios para que o público possa receber instrução adequada nessa área de conhecimentos. Deve-se observar, no entanto, que mesmo que haja, como citado pela matéria acima, certa lacuna no currículo escolar brasileiro, como evidenciado na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN, no que diz respeito à Orientação Sexual, esta não é, de modo algum, um tema ausente em importantes documentos para a educação brasileira, como os PCN, já citados. A Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura – UNESCO, sobre a importância da Educação Sexual, declara:

Educação em sexualidade desempenha um papel central na preparação de jovens para uma vida segura, produtiva e satisfatória em um mundo onde HIV e AIDS, infecções sexualmente transmissíveis (IST), gravidez indesejada, violência baseada em gênero (VBG) e a desigualdade de gênero ainda representa sérios riscos ao seu bem-estar e, compreende e assegura a proteção de seus direitos ao longo de suas vidas (UNESCO, 2018, p.12).

Como é possível observar a partir dessa citação, a Educação Sexual não diz respeito apenas ao estudo da reprodução humana, como já evidente nos livros de Ciências, nem somente a instruções sobre a gravidez e Infecções Sexualmente Transmissíveis (IST). Temas como a desigualdade de gênero (incluindo o combate ao sexismo e à violência baseada em gênero) são profundamente atuais em toda a América Latina, deixando grande parte da população aquém de uma qualidade de vida plena, em função de preconceitos culturalmente enraizados e da falta de informação correta.

Outro desafio enfrentado pela Educação Sexual no Brasil, portanto, é a clareza conceitual e referente ao currículo. Em outras palavras, de que modo o ensino dessa disciplina deve acontecer? A que necessidades deve responder? Que disciplinas já existentes nas escolas devem envolver os temas de Educação Sexual? Essas perguntas, já antigas, ainda repercutem no discurso da educação brasileira. Ainda durante a década de 1990, importantes autores afirmaram:

Cabe perguntar, neste momento, para que, ou para quem servirá a Educação Sexual. [...] A Educação Sexual pode, por exemplo, limitar-se a transmitir unicamente informações de caráter biológico, como a anatomia e a fisiologia do aparelho reprodutor; pode também se restringir a uma abordagem meramente ‘preventiva’ [...] pode ainda ser

o veículo apregoador de atitudes repressivas em relação ao sexo [...] Mais importante, porém, é que a Educação Sexual poderá vir a ser invocada como um veículo que poderá incutir nos jovens atitudes e conhecimentos que os levariam a um comportamento reprodutivo adequado à política demográfica, que parece estar prestes a ser implantada pelo Governo (CHAUI *et al*, 1991, p. 100).

Relevantes dúvidas circundam o tema, de forma que muitos se questionariam: *há ensino de Educação Sexual no Brasil?* A resposta não é claramente positiva. O ensino sobre tópicos da reprodução humana e prevenção de infecções transmitidas durante interações sexuais não é a única faceta desse campo de estudos. Com o objetivo de nos situar quanto ao horizonte que se tem mais recentemente quanto a este tema na educação brasileira, propomos, a seguir, uma leitura dos mais recentes e importantes documentos que norteiam o currículo na educação brasileira (os PCN – Parâmetros Curriculares Nacionais – e a mais recente Base Nacional Comum Curricular – BNCC), com o intuito de esclarecer como se propõe atualmente a Educação Sexual no contexto nacional.

2.4 PCN, BNCC e a Educação Sexual nas escolas

A década de 1990 viu uma verdadeira revolução no que diz respeito ao currículo, no âmbito da educação brasileira. Observou-se que, apesar das tentativas do governo de aumentar as vagas em escolas em todo o país, a repetência e a evasão eram realidades preocupantes. Nesse contexto, no ano de 1996 foi promulgada a Lei 9.394/1996, também conhecida como Lei de Diretrizes e Bases para a Educação Nacional, LDB ou LDBEN, bastante relevante e atualizada até a atualidade. Um ano depois, são publicados os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), objetivando propor um referencial nacional para uma educação de qualidade, orientando as práticas docentes nos diversos níveis da educação básica com a finalidade de superar a fragmentação e propor um ensino básico mais unificado (guardadas as particularidades locais) para todos os diferentes estados brasileiros.

Publicados em dez volumes, os PCN foram distribuídos para escolas e professores em todo o território nacional. Cada volume, organizado por área de atuação, está dividido em *Caracterização da área*, *objetivos*, *organização dos conteúdos* e *critérios de avaliação*. O décimo volume dedica-se à Pluralidade Cultural e Orientação Sexual, tidos como temas transversais. Trata-se de um avanço histórico

considerável, uma vez que se deve reconhecer que a inserção da Orientação Sexual nas diretrizes curriculares significou um avanço na direção de considerar a escola um lugar também de se educar sobre sexo, como explica Altmann:

A criação do tema transversal Orientação Sexual nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) é outro indício da inserção deste assunto no âmbito escolar. O interesse do estado pela sexualidade da população torna-se evidente a partir desta proposta. De acordo com os PCNs, em virtude do crescimento de casos de gravidez indesejada entre adolescentes e do risco da contaminação pelo HIV, o tema Orientação Sexual criado como um dos temas transversais a ser trabalhados ao longo de todos os ciclos de escolarização. Cabe, portanto, à escola – e não mais apenas à família – desenvolver uma ação crítica, reflexiva e educativa que promova a saúde das crianças e dos adolescentes. A Educação Física é apontada pelos PCNs como um espaço privilegiado para a orientação sexual (ALTMANN, 2001, p.2).

Como pode ser observado, inclusive de forma mais clara a partir de uma leitura do próprio texto dos PCN, a preocupação constante com os aspectos preventivos do ensino sobre sexualidade (em relação à gravidez e às IST) é algo constante naquele contexto. Encontra-se, por exemplo, nos PCN de Orientação Sexual: “A partir de meados dos anos 80, a demanda por trabalhos na área da sexualidade nas escolas aumentou devido à preocupação dos educadores com o grande crescimento da gravidez indesejada e (...) com o risco da contaminação pela HIV” (BRASIL, 1997, p.111).

A história da compilação de um currículo comum orientando uma base mínima de conteúdos para a educação básica no Brasil se inicia na Constituição Federal de 1988, passando, em seguida, pela LDB, já mencionada, e, mais recentemente, vem até 2015, quando se propôs a primeira versão da Base Nacional Comum Curricular, a BNCC. Finalmente homologada pelo MEC no ano de 2017, a BNCC busca construir um currículo essencial mínimo que oriente as práticas de ensino em toda a educação básica no território brasileiro. Segundo Souza *et al*:

Atualmente, após aprovação da terceira versão da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) no mês de abril de 2017, que de acordo com o MEC é um documento que traz um conjunto de aprendizagens essenciais que todos os alunos devem desenvolver ao longo da etapa da educação básica, com habilidades e competências definidas a serem desenvolvidas, composto também pela proposta de orientar os currículos e projetos políticos pedagógicos de todas as escolas do

país, o MEC lançou no ano de 2018 a proposta da Base Nacional Comum (BNC) para a formação de professores da Educação Básica. A versão, que se encontra em divulgação para a sociedade civil, foi entregue ao Conselho Nacional de Educação (CNE) que fica responsável pela sistematização e análise da proposta (SOUZA *et al*, 2020, p. 2).

Quanto ao estudo sobre a sexualidade humana, a BNCC se mostra minimalista, abordando a temática apenas na disciplina de Ciências, exclusivamente no oitavo ano (isto é, em se tratando de Ensino Fundamental). Tal limitação já recebeu críticas de estudiosos desse campo de saberes. Essas críticas também dizem respeito à abordagem que é feita de Educação Sexual, ainda em um viés prioritariamente de prevenção. Essas críticas podem ser resumidas nas palavras de Barbosa *et al*:

Na versão final da BNCC a temática sexualidade foi reduzida à disciplina de Ciências com ênfase na reprodução e doenças sexualmente transmissíveis e contemplada apenas no oitavo ano. Na contramão desta proposta, Cardoso *et al* (2016) destacam que ao abordar a orientação sexual apenas com o foco preventivo de doenças, a educação sexual não serve a seu papel maior. Porém, Modesto (2018) entende que independente do que prega a BNCC é imprescindível que os documentos escolares contemplem essas questões, devido a sua relevância e urgência no contexto escolar (BARBOSA *et al* 2019, p.7)

As habilidades da BNCC no Objetivo de conhecimento *sexualidade*, referente ao oitavo ano do Ensino Fundamental na disciplina de Ciências, podem ser observadas no quadro abaixo.

Quadro 2 – Habilidades da BNCC no Objetivo de conhecimento Sexualidade.

(EF08CI07) Comparar diferentes processos reprodutivos em plantas e animais em relação aos mecanismos adaptativos e evolutivos.
(EF08CI08) Analisar e explicar as transformações que ocorrem na puberdade considerando a atuação dos hormônios sexuais e do sistema nervoso.
(EF08CI09) Comparar o modo de ação e a eficácia dos diversos métodos contraceptivos e justificar a necessidade de compartilhar a responsabilidade na escolha e na utilização do método mais adequado à prevenção da gravidez precoce e indesejada e de Doenças Sexualmente Transmissíveis (DST).
(EF08CI10) Identificar os principais sintomas, modos de transmissão e tratamento de algumas DST (com ênfase na AIDS), e discutir estratégias e métodos de prevenção.
(EF08CI11) Selecionar argumentos que evidenciem as múltiplas dimensões da sexualidade humana (biológica, sociocultural, afetiva e ética)

Fonte: Brasil (2018, p. 349)

Na BNCC, a Educação Sexual é vista como forma de autoconhecimento, ou seja, uma área do saber que provê ao jovem saberes sobre seu próprio corpo e seus comportamentos, de modo que alcance uma maior autonomia, respeitando seu próprio corpo e o das outras pessoas, tomando decisões conscientes. Os alunos, com treze ou catorze anos de idade, têm uma curiosidade natural no tocante às particularidades e ao comportamento sexual humano, de modo que o aprendizado, logo no Ensino Fundamental, sobre sexualidade enriquece o autoconhecimento e as questões éticas. Nas palavras da BNCC:

Pretende-se que os estudantes, ao terminarem o Ensino Fundamental, estejam aptos a compreender a organização e o funcionamento de seu corpo, assim como a interpretar as modificações físicas e emocionais que acompanham a adolescência e a reconhecer o impacto que elas podem ter na autoestima e na segurança de seu próprio corpo. É também fundamental que tenham condições de assumir o protagonismo na escolha de posicionamentos que representem autocuidado com seu corpo e respeito com o corpo do outro, na perspectiva do cuidado integral à saúde física, mental, sexual e reprodutiva. (BRASIL. 2018, p. 327)

Apesar de que a BNCC privilegia o ensino sobre a sexualidade humana apenas em uma das séries (o oitavo ano do Ensino Fundamental), evidencia-se que a abordagem presente no documento não é fundamentalmente preventiva, voltada a transmitir saberes sobre as IST e a gravidez, antes, é uma abordagem pedagógica, que prestigia o autoconhecimento e a autonomia do estudante frente a um fato tão natural e cotidiano da vida como são os corpos humanos.

3 METODOLOGIA

Para obter melhores resultados no entendimento da situação local do ensino, este trabalho foi organizado como uma pesquisa de natureza quantitativa e qualitativa. No que diz respeito aos procedimentos, podem-se situar dois momentos metodológicos distintos. Inicialmente, foi realizado um levantamento teórico (descritivo), de tipo bibliográfico, buscando (em livros, artigos e páginas na internet sobre o tema em questão) construir um histórico da Educação Sexual no Brasil, avaliando seus principais desafios. Alguns dos principais autores abordados foram Bueno e Ribeiro (2018), Maia (2014) e Ribeiro (2004). Para a seção que trata dos documentos norteadores do currículo nacional, foram consultados os PCN (BRASIL, 1997) e a BNCC (BRASIL, 2018).

A pesquisa, num segundo momento, buscou obter dados estatísticos por meio de uma pesquisa de campo realizada em duas escolas do Ensino Médio na cidade de São Bento a partir da aplicação de um questionário de 14 (catorze) questões entregues por meio de formulário do Google Forms, sobretudo por causa dos procedimentos de distanciamento social durante a pandemia do coronavírus. Portanto, nosso universo de pesquisa foi composto pelos estudantes de ensino médio público de São Bento. O questionário foi aplicado em maio de 2021 a uma amostra de 58 estudantes do segundo e terceiro ano do Ensino Médio. Para preservar a identidade daqueles que participaram voluntariamente da pesquisa (alunos da segunda e terceira série do Ensino Médio), não foram mencionados seus nomes.

De acordo com Gil (2008, p.121),

pode-se definir questionário como a técnica de investigação composta por um conjunto de questões que são submetidas a pessoas com o propósito de obter informações sobre conhecimentos, crenças, sentimentos, valores, interesses, expectativas, aspirações, temores, comportamento presente ou passado etc.

O questionário utilizado foi composto por onze questões objetivas e subjetivas, e mais 3 questões que dizem respeito exclusivamente à identidade dos entrevistados, sendo de natureza opcional e servindo apenas para obter um maior engajamento dos participantes.

Devido à natureza privada das perguntas, o que pode inibir alguns participantes, oferecendo o obstáculo para responderem a algumas das questões, as

respostas são facultativas, podendo o participante optar por não fornecer algumas das informações, sobretudo no que diz respeito a sua própria identidade. Os alunos estudavam na Escola Cidadã Integral Técnica (ECIT) de São Bento e na Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio João Silveira Guimarães, em turmas da segunda e terceira séries.

Adicionalmente, duas perguntas foram direcionadas a um professor atuante na disciplina de Biologia em uma das escolas em questão, a respeito dos procedimentos utilizados para abordar tópicos relacionados à Educação Sexual durante suas aulas, com o objetivo de registrar seu ponto de vista a respeito da disponibilidade das informações relevantes sobre sexualidade durante as aulas.

A seguir, as respostas foram tabuladas e organizadas em gráficos para melhor visualização e análise dos dados obtidos, possibilitando o diálogo entre a base teórica e as respostas dos alunos.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os gráficos abaixo foram construídos a partir das respostas dos 58 estudantes participantes da pesquisa, os quais são alunos de turmas do segundo e terceiro anos do Ensino Médio em duas escolas localizadas na cidade de São Bento. A participação, que ocorreu via um questionário, ocorreu da forma mais anônima possível, levando em conta a liberdade e o direito à privacidade dos participantes.

A primeira pergunta do questionário (Figura 1) busca identificar com que pessoas os alunos se sentem à vontade para dialogar sobre sexo, inclusive no que diz respeito à prevenção de uma gravidez indesejada ou IST. Como visto no segundo capítulo, em muitas regiões do Brasil, a abordagem da sexualidade permanece um tabu, algo considerado indesejado de se compartilhar com os jovens, o que leva à desinformação e à falta de conhecimentos seguros, visto que a tradição popular e os ensinamentos dos pais são, em muitas famílias, levadas em conta mais do que as informações trazidas pelos professores ou nos livros didáticos.

Figura 1 – Com quem você possui maior liberdade para conversar sobre sexualidade e métodos de prevenção?



Fonte: Dados da pesquisa, 2021.

Observa-se que a maioria dos entrevistados (60,7%) afirmou que dialogam sobre sexo com mais liberdade com seus amigos, sendo que 26,8% afirmaram que conversam com os pais. Infere-se que, em muitos casos, os próprios pais se sentem inseguros quanto a dialogar sobre sexo com seus filhos, até porque muitas vezes não conversaram sobre o mesmo tema com os próprios pais, quando eram crianças e adolescentes. Um relevante trabalho acadêmico mostra alguns aspectos da conversa sobre sexo entre pais e filhos:

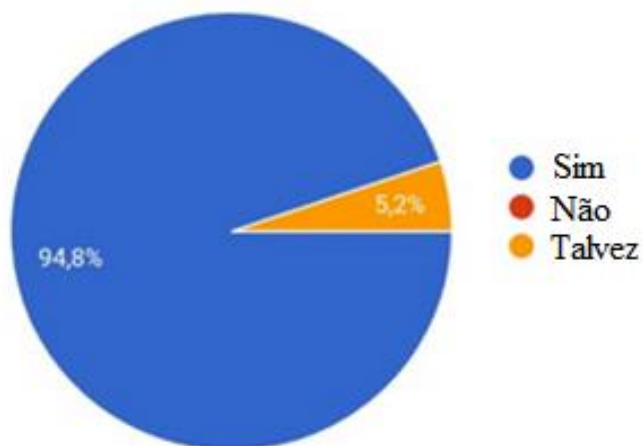
A maioria dos pais revelou nunca conversar sobre o tema, por não estar preparada e/ou não sentir necessidade, ou, ainda, que a falta de um parceiro sexual naquele momento significava que não era necessária essa abordagem. Em contrapartida, alguns pais disseram conversar abertamente sobre o tema com os filhos. Percebeu-se a facilidade do pai em falar com o filho do mesmo sexo (NERY *et al*, 2014, p. 3).

O constrangimento enfrentado por muitos pais em relação a transmitir saberes sobre o sexo (e as limitações observadas quando o fazem) é um dos motivos que levam adolescentes e jovens a encontrarem nos amigos, da mesma idade ou superior, fontes de informação. Arpini e Savegnago (2014), citando outras pesquisas a respeito de como os adolescentes obtêm informações sobre sexo, notam que estes “afirmam não falar sobre sexo com os familiares, mas sim com os amigos” (ARPINI E SAVEGNAGO, 2014, p. 5).

De acordo com o estudo de Nery *et al*, tem-se que alguns pais conversam livremente sobre sexo com seus filhos, sobretudo aqueles de mesmo gênero que o pai, o que releva uma preocupação saudável em educar os filhos sobre um tema tão importante quanto a dimensão da sexualidade, assunto que frequentemente traz tantas dúvidas e inseguranças para muitos adolescentes.

A Segunda pergunta, mostrada na Figura 2, questiona a importância, para o aluno, da Educação Sexual.

Figura 2 – Educação Sexual é um tema importante, na sua opinião?



Fonte: Dados da pesquisa, 2021.

A maioria (94,8%) dos participantes considera que a Educação Sexual é um tema importante. Em seguida, 5,2% demonstraram menos convicção e optaram pela

resposta “talvez”. Não houve respostas correspondentes à opinião de que a Educação Sexual não tem importância. Percebe-se que há uma expectativa dos estudantes a respeito da educação sobre sexo, a qual pode ser, mais uma vez, remetida ao diálogo insuficiente no seio da família, espaço privilegiado de transmissão de valores. Conscientes de que a sexualidade, em suas diversas facetas, é um dos constituintes indissociáveis do ser humano em formação, os jovens desejam receber Educação Sexual. De acordo com a intervenção citada acima,

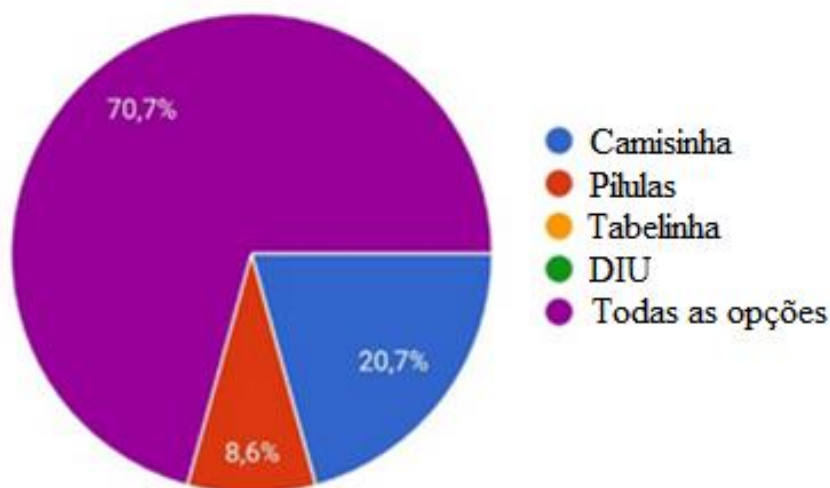
A família é o contexto ideal para formação desses indivíduos, por se configurar historicamente, no principal meio de aquisição de valores necessários para se viver em sociedade. No entanto, a forma como isso ocorre depende em muito das peculiaridades de cada família, que pode sentir-se despreparada para a abordagem do tema. Cabe, então, a atuação de profissionais de saúde, em especial dos enfermeiros, junto ao adolescente, na família e escola, contribuindo para sanar tais dificuldades. (NERY *et al*, 2014, p.2)

Os espaços públicos, como os serviços de saúde e a escola, recebem, portanto, a incumbência de passar informações relevantes, sendo detentores de um discurso oficial que se volta para a promoção da saúde do indivíduo, de modo semelhante à abordagem que se faz do uso de drogas e da prevenção em relação aos variados tipos de doenças. Longe de desafiar os valores dos pais, os espaços públicos complementam a educação realizada por aqueles, visando a salvaguardar os interesses das pessoas em formação. Naturalmente a intervenção dos pais quando dialogam sobre sexo com seus filhos também é uma prática de Educação Sexual (NERY *et al*, 2014).

Além do apelo aos amigos e, menos comumente, aos pais, os adolescentes buscam sanar suas dúvidas por meio da escola e dos meios de comunicação. Nas palavras de Arpini e Savegnago, “as adolescentes, além de buscar informações com amigas ou tias, tentam se virar com o que veem na televisão, em revistas ou com o que é discutido na escola”. (ARPINI E SAVEGNAGO, 2014, p.21).

A terceira pergunta, Figura 3, inquiriu sobre que métodos de prevenção de IST ou anticoncepcionais são de conhecimento dos participantes.

Figura 3 – Que métodos de prevenção ou anticoncepcionais você conhece?



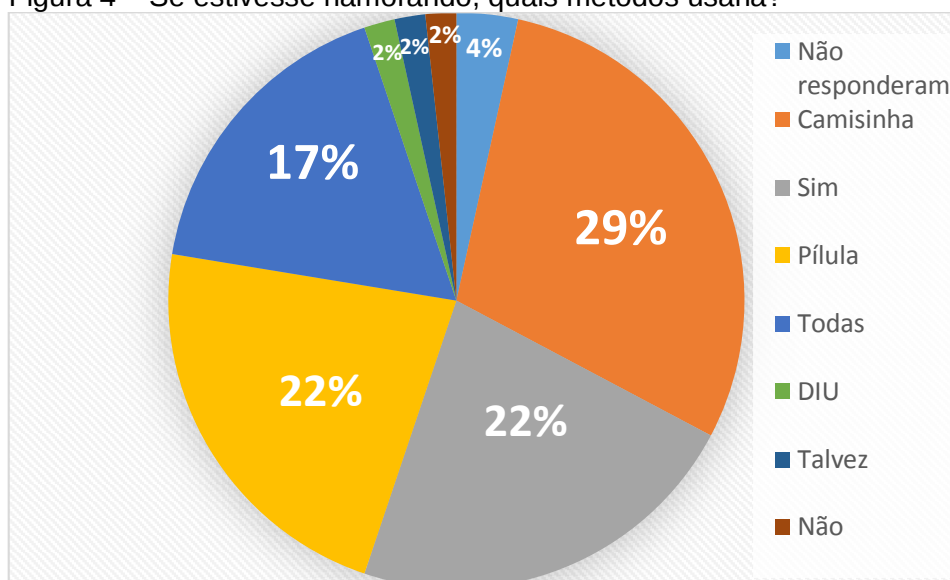
Fonte: Dados da pesquisa, 2021.

Os resultados mostram que a maioria dos participantes afirmam conhecer todos os anticoncepcionais enumerados (camisinha, pílulas, tabelinha e DIU). Quanto aos que declararam conhecer um método em particular, a maior parte mencionou a camisinha (20,7%). Dos dispositivos abordados na questão, a camisinha (também chamada de preservativo ou condom) é o único que, além da gravidez indesejada, também combate a infecção por IST, motivo pelo qual seu uso deve ser difundido e encorajado (ARAÚJO *et al*, 2009).

Apesar da ampla citação da camisinha, uma parte significativa dos jovens, como nota a pesquisa de Araújo *et al*, desconhecem ou não sabem detalhes sobre a distribuição gratuita de preservativos, além de não terem informações corretas sobre como fazer o uso destes, diminuindo a probabilidade de danos ao látex e da contração de infecções. De acordo com os autores, “apesar do fornecimento gratuito, no Brasil o preservativo ainda é pouco utilizado pelos jovens. Segundo dados do Ministério da Saúde, os menores índices de uso encontram-se entre 15 e 19 anos” (ARAÚJO *et al*, 2009, p.2).

Na hipótese de estarem namorando, os componentes da amostra deram as seguintes respostas à questão de número 4, Se estivesse namorando, que métodos anticoncepcionais usaria? As respostas são mostradas na Figura 4 a seguir.

Figura 4 – Se estivesse namorando, quais métodos usaria?



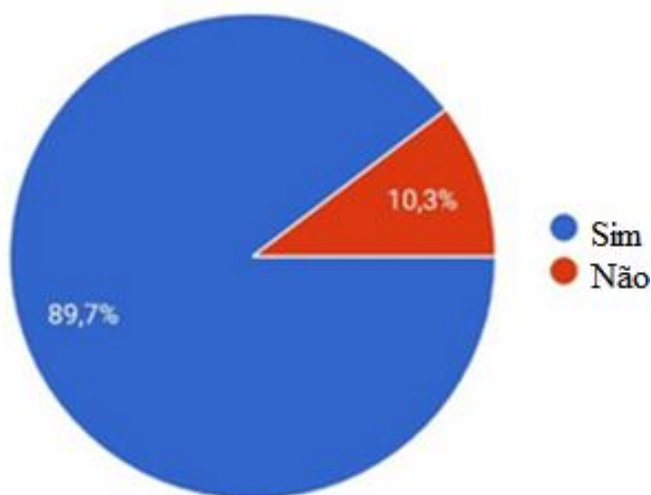
Fonte: Dados da pesquisa, 2021.

Como se pode observar, a camisinha, semelhantemente ao que ocorreu com a questão anterior, obteve a maior quantidade de citações (29%), seguida pela pílula (22%) e pela opção “sim” (22%). Uma quantidade significativa dos entrevistados optou pela resposta “todas” e 4% preferiram não responder. As opções “DIU”, “Talvez” e “Não” receberam 2%, cada. Como mencionado acima, é necessário que os jovens recebam informações adequadas sobre o uso dos anticoncepcionais, sobretudo o da camisinha, visto ser ela o método, apesar de não ser absolutamente eficaz, que se destaca quanto ao combate às infecções sexualmente transmissíveis (ARAÚJO *et al*, 2009)

Pesquisas como a de Barros *et al* (2019) demonstram que existem fatores que fazem com que jovens acabem não utilizando o preservativo, como “a diminuição do prazer sexual, a confiança no parceiro(a) e não ter o preservativo no momento da relação sexual” (BARROS *et al*, 2019, p.8). Os fatores citados fazem com que muitos jovens pratiquem atos sexuais sem preservativos ou escolham outros métodos de prevenção.

A temática da gravidez, abordada na questão 5, é uma relevante preocupação no que diz respeito à formação sexual dos adolescentes, no viés da prevenção e do planejamento reprodutivo. As respostas fornecidas pelos participantes estão disponibilizadas na Figura 5, abaixo:

Figura 5 – Conhece alguém que já engravidou na sua idade?



Fonte: Dados da pesquisa, 2021.

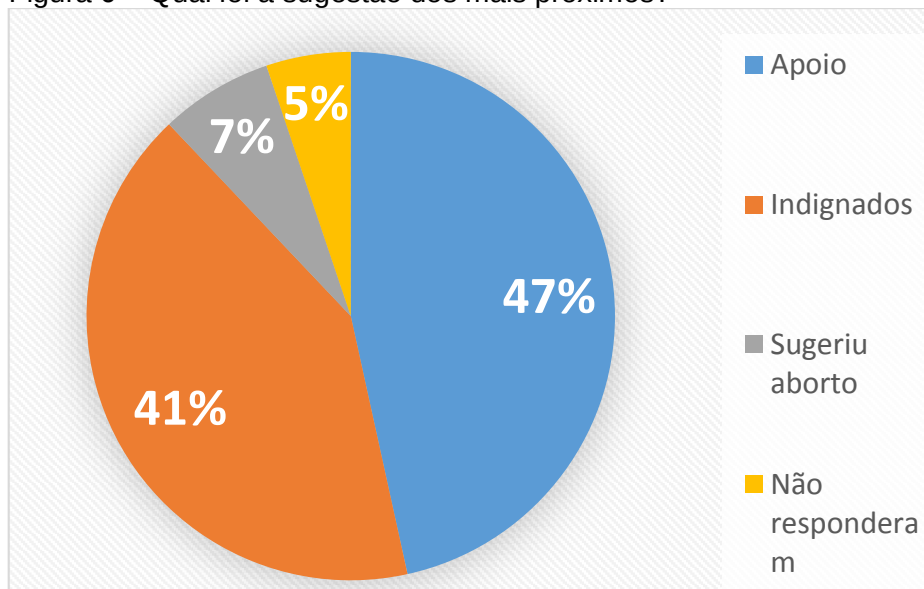
Observa-se na Figura 5, acima, que a maioria dos participantes (87,7%) afirmaram conhecer casos de gravidez na adolescência. Levando-se em conta que o universo de pesquisa é composto por alunos das duas últimas séries do ensino médio, a idade dos participantes, mencionada na pergunta, situa-se, em geral, entre 16 e 18 anos. Dados estatísticos revelam que, apesar de que a taxa brasileira de fecundidade é relativamente baixa quando consideradas todas as faixas etárias, os números da gravidez durante a adolescência ainda são uma característica forte da sociedade brasileira, de acordo com o site do Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA):

De acordo com o relatório sobre a Situação da População Mundial do Fundo de População da ONU, o Brasil tem uma taxa de fecundidade geral (que engloba diversas faixas etárias) baixa, de 1,7 filhos por mulher, se comparada à média mundial, que é de 2,5. Quando analisamos a fecundidade específica na adolescência, no entanto, o país está acima da média mundial: são 53 adolescentes grávidas a cada mil, enquanto no mundo são 41, o que demonstra um “rejuvenescimento da fecundidade” (UNFPA, 2021, n/p).

Levando em consideração a temática da conversa com os pais sobre sexo, reprodução, gravidez e prevenção, abordada nas questões anteriores, é importante mencionar que em uma pesquisa mencionada por Arpini e Savegnago (2014, p.5), “os índices de gravidez na adolescência entre as mulheres que afirmaram ter sido providas de informações pelos pais ou pela escola foram mais baixos do que entre aquelas que não receberam estas informações”. Essa realidade demonstra que o diálogo e as informações corretas são importantes medidas para um real

planejamento da vida reprodutiva dos mais jovens. A Figura 6 expõe as respostas dos alunos a respeito da reação dos familiares próximos de conhecidas, durante a notícia de uma gravidez:

Figura 6 – Qual foi a sugestão dos mais próximos?



Fonte: Dados da pesquisa, 2021.

A sexta pergunta do questionário teve como objetivo obter informações sobre a reação dos pais no contexto da gravidez na adolescência, no que diz respeito aos casos conhecidos mencionados na questão anterior. Quanto aos resultados, mostrados na Figura 6 acima, 47% afirmaram que os pais, nos casos conhecidos de gravidez na adolescência, apoiaram suas filhas, enquanto 41% mostraram-se indignados. Além disso, 7% afirmam que os pais sugeriram aborto e 5% dos entrevistados não responderam. Ainda ampliando as informações disponíveis sobre gravidez na adolescência, é necessário mencionar que, em muitos casos, existe um forte componente de vulnerabilidade social, em que a capacidade de tomada de decisão das adolescentes sobre seu próprio corpo é diminuída:

No caso das meninas com menos de 15 anos que engravidam, o componente da vulnerabilidade a diversos tipos de violência, incluindo a violência sexual, é importante de ser considerado e, em determinadas situações, observam-se mesmo casamentos informais ou uniões precoces e forçadas. De fato, a gravidez em adolescentes menores de 15 anos e o abuso sexual e a violência como causa potencial dessas gestações constituem um problema de saúde e de direitos humanos, com consequências biológicas, psicológicas e sociais significativas (UNFPA, 2021, S/P).

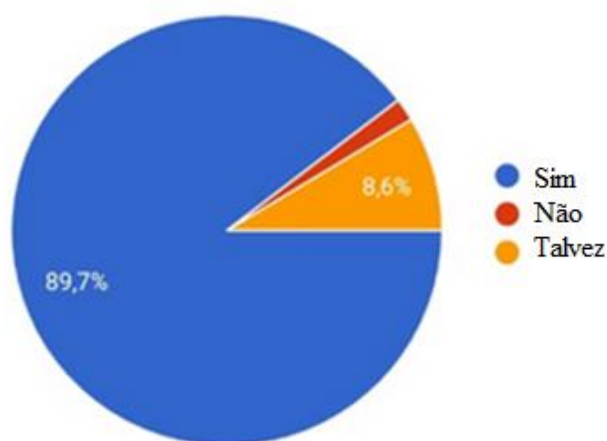
Portanto, em ambientes de diversas formas de violência contra as adolescentes, não é de se surpreender que haja a menção ao aborto imposto pelos pais ou pelo parceiro, sendo esse um procedimento que traz sérios riscos à saúde da adolescente, podendo levar, inclusive, à morte. Quanto à prevalência do aborto, à faixa etária predominante e as principais formas como as adolescentes (e mulheres em geral) recorrem ao aborto, Maranhão *et al* afirmam:

A Pesquisa Nacional de Aborto (PNA) evidenciou que ao término da vida reprodutiva cerca de uma a cada cinco mulheres já haviam abortado, sendo que mais da metade destes abortos (59%) ocorreram quando as participantes eram adolescentes ou jovens na faixa etária de 12 a 24 anos. Além de estar associada à juventude, a prática ainda mostrou-se mais comum entre mulheres com menor escolaridade, e em metade dos casos verificou-se o uso de medicamentos abortivos e internações pós-aborto (MARANHÃO *et al*, 2016, p. 496)

Fatores socioeconômicos, como a classe social dos entrevistados, ou mesmo a falta de conhecimentos sobre os casos de gravidez na adolescência que afirmaram conhecer, podem explicar a predominância da alternativa “apoio”. Em lares com maior escolaridade média, em que há mais comunicação entre pais e filhos, é mais frequente que sejam aceitados casos de gravidez em idade jovem, ainda que inesperados (MARANHÃO *et al*, 2016).

A Figura 7, a seguir, expõe as opiniões dos participantes quanto à eficácia da camisinha enquanto método de prevenção.

Figura 7 – Na sua opinião, o uso da camisinha seria um bom método de prevenção de gravidez ou IST?



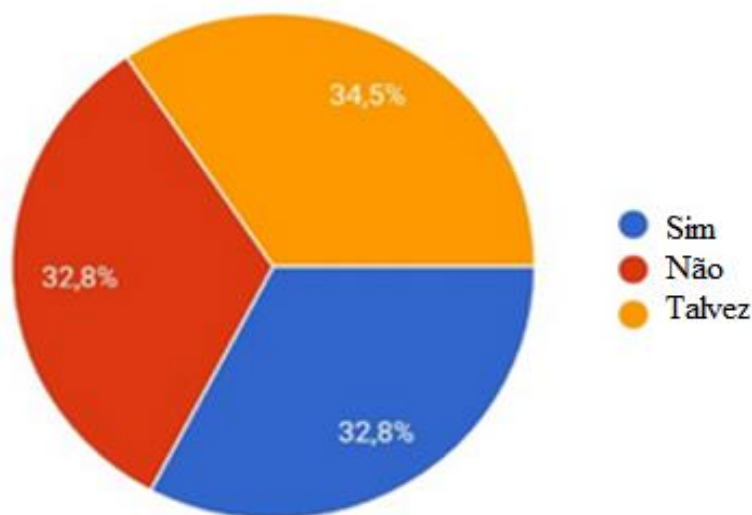
Fonte: Dados da pesquisa, 2021.

Quanto ao conhecimento dos entrevistados sobre a eficácia da camisinha (preservativo), os dados da Figura 7, acima, mostram que 89,7% afirmam que a consideram um bom método para prevenir-se de gravidez e IST. A opção “não” obteve 8,6% das respostas e, finalmente, 0,7% mencionaram “talvez”. Segundo Araújo *et al.* (2009), apesar de que não existe 100% de eficácia em nenhum método contraceptivo ou de prevenção a IST, é conhecido que, sobretudo quanto observados os procedimentos corretos de armazenamento e uso, a camisinha ainda é o melhor método de prevenção. Os autores afirmam que a divulgação correta das informações sobre a camisinha para os mais jovens é uma necessidade pública:

O desconhecimento em relação à utilização correta do preservativo impede seu uso adequado, expondo o usuário aos riscos de contrair doenças e também de ocorrer uma gravidez não desejada. Por isso, recomenda-se a divulgação constante pelos meios de comunicação de informações sobre comportamento sexual, maneira correta de utilização do preservativo, prevenção de doenças sexualmente transmissíveis, noções de higiene pessoal e métodos contraceptivos (ARAÚJO *et al.*, 2009, p.2).

Os resultados obtidos com esta pergunta parecem sugerir que os jovens integrantes da população participante foram expostos a informações sobre contracepção e prevenção, na escola, nos meios de comunicação, em campanhas públicas ou por meio de amigos, levando em conta também as questões anteriores, que também avaliaram o conhecimento dos adolescentes participantes sobre os métodos de prevenção. A pergunta seguinte buscava questionar diretamente aos participantes se a escola lhes fornece as informações necessárias sobre esse tema. Os resultados estão disponibilizados abaixo, na Figura 8.

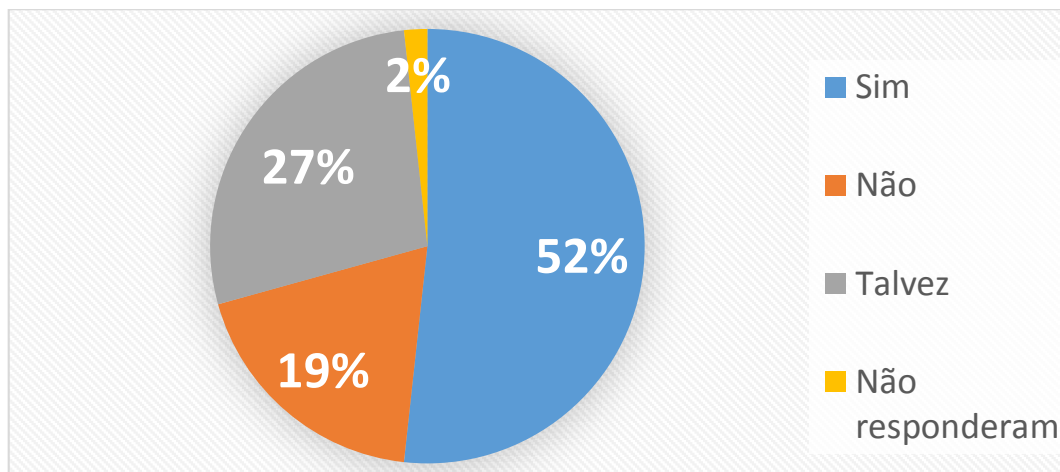
Figura 8 – Sua escola fornece informações sobre sexualidade, gravidez e IST?



Fonte: dados da pesquisa, 2021.

Os resultados demonstram uma proximidade entre as três opções: talvez (34,5%), sim (32,8%) e não (32,8%). Não é observada uma segurança, na opinião dos adolescentes, quanto à frequência e à qualidade das informações sobre prevenção à gravidez indesejada e às IST ministradas na escola. Como visto na Fundamentação Teórica, essas informações integram o currículo dos níveis fundamental e médio de ensino desde os anos 90 com os PCNs, estando presentes nos livros didáticos de ciências e biologia, sendo que a BNCC, atual documento que preconiza os direitos mínimos de aprendizagem no âmbito de toda a educação básica, fortalece o tema do ensino de tópicos de educação sexual no viés da prevenção e do autoconhecimento. Deve-se reiterar que é na escola (além dos amigos) que muitos jovens buscam a orientação sexual que não recebem dos pais (BAUMEL, 2014).

Figura 9 - Na sua opinião, essas informações têm contribuído para a diminuição dos casos de gravidez e IST entre os jovens?



Fonte: Dados da pesquisa, 2021.

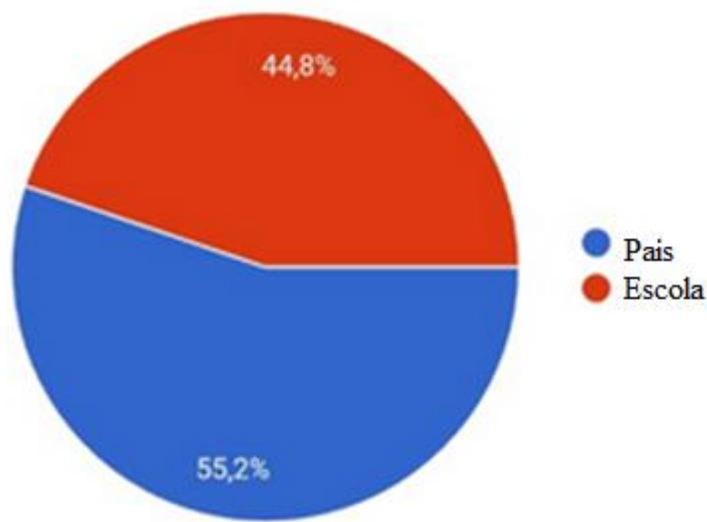
Apesar da hesitação em reconhecer as informações obtidas na questão anterior, 52% dos participantes reconheceram como válidas as contribuições da escola para a prevenção de casos de IST e gravidez na adolescência entre os estudantes, ao passo que 27% mencionaram “talvez”, 19% marcaram “não” e 2% preferiram não responder. O papel social da escola concede a esta uma condição privilegiada enquanto instituição que pode transmitir informações relevantes para os mais jovens. Bueno e Ribeiro (2018), mencionados acima como autores que abordaram a trajetória histórica da educação sexual no Brasil, notam que o suposto apelo à pureza dos jovens e a manutenção do ensino tradicional dos papéis sociais (dos pais e filhos, homens e mulheres) foi o principal motivo para frear o avanço das informações necessárias sobre sexualidade até os anos 1980. O viés puritano e repressor dos governos das décadas de regime militar atrasou um projeto de educação sexual no território brasileiro.

De acordo com Rosenberg (1985), ainda que não existisse uma lei oficial que proibisse experiências de programas de Educação Sexual nas escolas, o veto ao projeto de Júlia Steinbruch e os pareceres emitidos funcionaram como um freio às poucas experiências que estavam ocorrendo, desencorajando os profissionais envolvidos, que temiam por represálias, como também aponta Figueiró (1998) (BUENO E RIBEIRO, 2018, p. 52).

Dada a importância da escola para a educação sexual, reconhecida pelos alunos nesta pesquisa, é necessário que novos passos sejam empreendidos, para

que a timidez diante do tema da sexualidade humana seja superado e as informações tão necessárias possam ter uma abrangência ainda maior para os jovens e adolescentes. A pergunta seguinte objetivava avaliar, na opinião dos entrevistados, quem poderia dar mais informações sobre a sexualidade: os pais ou a escola. Os resultados obtidos foram expostos na Figura 10, abaixo:

Figura 10 – Quem poderia dar mais informações?



Fonte: Dados da pesquisa, 2021.

Observa-se que 55,2% afirmaram que os pais podem dar mais informações, enquanto 44,8% opinam que a escola é mais eficaz. É histórico o impasse entre parcela da população brasileira e a inserção da educação sexual no currículo escolar, motivado por um conhecimento deturpado acerca da intencionalidade dessa inserção, ou pela reprodução de modelos autoritários e puritanos de instrução dentro da família. Assim sendo, há a necessidade de se superar esse atrito, para que a família e a escola colaborem no propósito de aumentar a informação dos jovens sobre o sexo enquanto constituinte da vida humana.

De acordo com o PCN (BRASIL, 1997), acreditava-se que mesmo com as famílias apresentando uma grande resistência à abordagem dessa questão no âmbito escolar, ainda havia um forte desejo para se introduzir o tema nas escolas, tendo em vista que é de extrema importância sua discussão e de como as famílias ainda encontram dificuldades em abordá-lo com suas crianças e jovens. Duas décadas depois, a realidade tornou-se bem diferente, pois estamos passando por uma onda de opressão extrema do direito das mulheres e de suas constantes lutas (ASSIS *et al*, 2021, p. 13)

A pergunta 14, opcional, pedia comentários adicionais dos entrevistados. Do total dos participantes, 34 deixaram suas observações, enquanto 24 optaram por não comentar. Apenas os comentários a seguir são relacionados exclusivamente com a temática da pesquisa, sendo os outros restritos a comentar a iniciativa em si. Os comentários são relevantes porque expandem a discussão sobre temas que envolvem as perguntas do questionário.

Quadro 3 – Comentários dos participantes.

Na minha opinião, a educação sexual deveria ser implementada nas escolas como uma matéria normal, pois é algo de super importância, mas por falta de conhecimento acontecem problemas como gravidez na adolescência ou doenças sexualmente transmissíveis. Achei muito interessante seu questionário e super necessário.
Não sei se tenho muito o que falar, pois nunca tive relações sexuais. Sobre a prevenção, eu saberia, sim, me prevenir, com certeza. Esse assunto é bem peculiar, pois acontece muito hoje em dia. Vai ser um assunto bom de debater.
A camisinha não é 100%, então você pode engravidar ou pegar doenças, sim. Se os pais fossem mais abertos com a gente, conversassem, explicasse, seria muito melhor, e se a escola ensinasse também. Tem muita gente que não sabe muito sobre relação sexual e métodos contraceptivos.
A escola ajuda bastante na questão da informação. Mas acho que os pais deveriam ter essa atenção também. Passar as informações, conversar e ouvir também os adolescentes. Isso pode, sim, ajudar a diminuir a gravidez na adolescência e também pode evitar contaminação por doenças sexualmente transmitidas.

Fonte: Dados da Pesquisa, 2021.

Os comentários reforçam a importância da escola como instituição privilegiada para a transmissão de informações importantes para a formação dos indivíduos, inclusive no que diz respeito a esse importante componente que é a sexualidade e a vida reprodutiva. Há uma carência, igualmente reforçada, de informações e de diálogos com os pais dos alunos participantes, o que dialoga com as pesquisas mencionadas acima, que demonstram que há uma grande reticência de muitos pais em se comunicar com os filhos sobre sexo. De acordo com Arpini e Savegnago:

Diante disso, é de fundamental importância que se aborde o tema da sexualidade com os adolescentes na família. Porém, é preocupante a dificuldade dos pais em fazer isso de maneira segura. Dessa forma, é válido refletir sobre quais fatores estariam influenciando na criação de obstáculos para esse diálogo (ARPINI E SAVEGNAGO, 2014, p.6)

A educação para a vivência saudável e responsável da sexualidade humana está a cargo dos pais e da escola. Por esse motivo, deve-se criar meios eficazes de promover o diálogo e o enriquecimento educacional, para que sejam reconhecidos os importantes direitos de aprendizagem preconizados nos PCN e na BNCC, os quais são ignorados em muitas escolas. Trata-se de uma importante questão de saúde e de formação dos jovens, e sua abordagem significativa poderia diminuir a ocorrência de gravidez na adolescência, assim como de IST (ARPINI E SAVEGNAGO, 2014).

Além das perguntas do questionário, foram realizados dois questionamentos ao professor que leciona em turmas do universo de pesquisa, buscando obter seu ponto de vista sobre as aulas com o tema da educação sexual:

Quadro 4 – Perguntas ao professor e suas respostas.

1- Como o tema da Educação sexual é trabalhado em sala de aula?
“A única temática relacionada à educação sexual que eu trabalho é sobre as aulas de aparelho reprodutor masculino, feminino, métodos anticoncepcionais e IST”.
2- Ha interação com os alunos durante aulas que lidam com a educação sexual?
“As aulas sobre esses temas levantam muitas discussões e curiosidades dos alunos, que participam ativamente”.

Fonte: Dados da Pesquisa, 2021.

Observa-se que a BNCC, citada no referencial teórico, aponta como habilidades necessárias para os alunos do ensino básico diversas atitudes que não estão contempladas nas práticas de ensino mencionadas, como a habilidade EF08CI11, que diz respeito às “múltiplas dimensões da sexualidade humana (biológica, sociocultural, afetiva e ética)” a EF08CI09, que objetiva avaliar a capacidade do jovem de comparar diversos contraceptivos quanto à eficácia, no viés de se assumir a responsabilidade diante de uma gravidez indesejada e das IST (BRASIL, 2018, p.349). Observa-se que a temática dos sintomas, tratamento e transmissão das IST não foram mencionadas pelo professor, e estão nos documentos norteadores do currículo do ensino básico (PCN e BNCC). Também não se observa um trabalho envolvendo a habilidade EF08CI08, descrita como “Analisar e explicar as transformações que ocorrem na puberdade considerando a atuação dos hormônios sexuais e do sistema nervoso” (BRASIL, 2018, p. 349).

Apesar de que, como afirma o professor e em cumprimento das diretrizes curriculares vigentes, haver a abordagem de temas relacionados ao comportamento sexual humano no viés da prevenção e do autoconhecimento, nota-se uma hesitação dos alunos participantes quanto a reconhecer as informações transmitidas como seguras ou frequentes. A pergunta seguinte questionava a contribuição das informações vistas na escola para a diminuição dos casos de gravidez e IST. Os resultados foram expostos na Figura 9:

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os adolescentes participantes da pesquisa acreditam, conforme é possível observar a partir dos resultados, que a educação sexual é um tema de grande importância para sua formação. Os mesmos sentem-se mais à vontade para buscarem informações sobre a sexualidade com seus amigos da mesma idade, e não são tão confortáveis para falar sobre sexo com seus pais, o que coincide com outras pesquisas com públicos semelhantes. Apesar disso, a maioria dos entrevistados afirma que os pais poderiam ser mais eficientes que a escola na transmissão de tais informações.

A educação sexual, enquanto espaço privilegiado para abordar esse importante componente da experiência humana, é de fundamental importância para a formação dos jovens, sendo esse o motivo de tantas lutas serem promovidas, sobretudo em épocas de repressão, para trazer para as escolas a instrução efetiva sobre sexualidade humana. Ao lançarmos um olhar para a história da abordagem sobre sexo no Brasil, desde o período colonial, observamos, em consonância com Bueno e Ribeiro (2018), que forças de repressão ligadas aos agentes do poder sempre agiram no sentido de inibir o diálogo sobre o sexo como parte importante da vida humana, ou de reduzir o tema da sexualidade ao discurso religioso sobre o lar ou ao discurso médico-sanitário.

Diante da recorrência de infecções por IST e de gravidez na adolescência, é urgente que o autoconhecimento adentre o ambiente das escolas, disponibilizando aos jovens as informações da ciência para que conheçam melhor seus corpos e se preparem para a vida adulta informados sobre as responsabilidades que têm, bem como sobre temas sociais, como agressão às mulheres, e de saúde, como as IST e o modo correto de se prevenir.

A partir das respostas dos alunos participantes, percebe-se que há o conhecimento sobre os métodos de prevenção (contraceptivos), sendo que a camisinha (considerada por 89,7% eficaz contra a gravidez e IST) e as pílulas anticoncepcionais foram as mais mencionadas. É necessário destacar que a camisinha é ainda a melhor forma de prevenção, embora seu uso sem critérios aumente a probabilidade de ineficácias. Informações sobre a disponibilidade, o manuseio, o armazenamento e cuidados com os preservativos são fundamentais no viés da prevenção.

É relevante observar que as respostas dos participantes foram divididas quanto à transmissão de informações sobre educação sexual na escola que frequentam, apesar de o professor afirmar que essas informações são disponibilizadas. A resposta do professor sobre como os conteúdos de educação sexual são abordados no componente curricular biologia estão apenas parcialmente dentro das diretrizes curriculares apresentadas pelos PCN e, mais recentemente, pela BNCC, uma vez que o docente não mencionou a abordagem de IST e métodos de prevenção. Infere-se que falta muito para que informações e diálogos suficientes sobre a sexualidade seja parte das aulas da escola. No entanto, é importante ressaltar que 52% dos participantes afirmaram que as informações trazidas pela escola são importantes para evitar casos de gravidez indesejada e de IST.

Conclui-se que os principais desafios que ainda se colocam diante da educação sexual dos jovens estão ligados à resistência dos pais em trazer o diálogo sobre sexualidade para a vida familiar. Por outro lado, a escola precisa ser mais efetiva na abordagem desse tema no viés do autoconhecimento, para além da simples prevenção, ainda que, mesmo quanto à prevenção, observa-se que há falhas, não havendo um trabalho em dia com os documentos norteadores do currículo, que já mencionam a abordagem da sexualidade humana como um importante tema transversal desde os anos 1990.

REFERÊNCIAS

- ALTMANN, Helena. Orientação sexual nos Parâmetros Curriculares Nacionais. **Estudos Feministas**, a. 09, p. 575-85 2/Sem. 2001. Disponível em: www.scielo.br/pdf/ref/v9n2/8641.pdf. Acesso em: 15 mai. 2022.
- ARAÚJO, Angela Cobre de; NETO, Atílio Brisighelli; DOHER, Maria Petruschelli; HADDAD, Melina de Arruda. Revisão sobre a eficácia do preservativo em relação à proteção contra doenças sexualmente transmissíveis e gestação. **Diagnóstico e Tratamento**, v. 14, n. 3, p. 123-125, 2009.
- ARPINI, Dorian Mônica; SAVEGNAGO, Sabrina Dal Ongaro. Conversando sobre sexualidade na família: olhares de meninas de grupos populares. **Cad. Pesqui.**, São Paulo, v. 43, n. 150, p. 924-947, 2014. Disponível em: http://old.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-15742013000300010&lng=en&nrm=iso. Acesso em 12 abr. 2022.
- BARBOSA, Luciana Uchôa, VIÇOSA, Cátia Silene Carrazoni Lopes, FOLMER. Vanderlei. A educação sexual nos documentos das políticas públicas de educação e suas ressignificações. **Revista Eletrônica Acervo Saúde**, 2019. Disponível em: <https://acervomais.com.br/index.php/saude/article/download/772/515/>. Acesso em 13 mai. 2022.
- BARROS, Claudia Renata dos Santos; BASSO, Caritas Relva; GUTIERREZ, Eliana Battaggia; LOPES, Maria Elisabeth de Barros Reis; SPIASSI, Ana Lucia. Fatores associados ao uso de preservativo em jovens - inquérito de base populacional. **Revista Brasileira de Epidemiologia**. 2019. Disponível em: <https://pesquisa.bvsalud.org/porta1/resource/pt/biblio-1003483>. Acesso em: 13 mai. 2022.
- BAUMEL, S. W. **Investigando o Papel da Masturbação na Sexualidade da Mulher**. 2014. Dissertação (Pós-Graduação em Psicologia) – Universidade Federal do Espírito Santo.
- BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: Ministério da Educação, 2018.
- _____. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais: pluralidade cultural, orientação sexual**. Brasília: MEC/SEF, 1997.
- BUENO, R. C. P., & RIBEIRO, P. R. M. (2018). História da Educação Sexual no Brasil: Apontamentos para reflexão. **Revista Brasileira De Sexualidade Humana**, 29(1), 49–56. <https://doi.org/10.35919/rbsh.v29i1.41>
- CHAUÍ, M.; KEHL, M. R.; WEREBE, M. J. **Educação Sexual**: instrumento de democratização ou de mais repressão? *Cadernos de pesquisa*, v. 36, p. 99-110, 1991.
- DINIS, N.; LUZ, A. A. Educação sexual na perspectiva histórico-cultural. **Educar**, Curitiba, n. 30, Editora UFPR, p. 77-87, 2007.

FREITAS, M. DE A. O cotidiano afetivo-sexual no Brasil colônia e suas consequências psicológicas e culturais nos dias de hoje. **Ponta de Lança: Revista Eletrônica de História, Memória & Cultura**, v. 5, n. 9, p. 63-68, 31 out. 2011.

G1. **Educação sexual ainda é tabu no Brasil e adolescentes sofrem com a falta de informação**. 2019. Disponível em: <<https://g1.globo.com/profissao-reporter/noticia/2019/06/27/educacao-sexual-ainda-e-tabu-no-brasil-e-adolescentes-sofrem-com-a-falta-de-informacao.ghtml>>. Acesso em 02 out. 2021.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. - 6. ed. - São Paulo: Atlas, 2008.

MAIA, Ana Cláudia Bortolozzi. **Sexualidade e educação sexual**. 2014. Disponível em: https://acervodigital.unesp.br/bitstream/unesp/155340/3/unesp-nead_reei1_ee_d06_s03_texto02.pdf. Acesso em: 26 set. 2021.

NERY, Inez Sampaio; FEITOSA, Jairo José de Moura Feitosa; SOUSA, Álvaro Francisco Lopes de; FERNANDES, Ana Catharina Nunes Fernandes. Abordagem da sexualidade no diálogo entre pais e adolescentes. **Acta Paul Enferm.**, [s. l.], 2015. DOI <https://doi.org/10.1590/1982-0194201500048>. Disponível em: <https://www9mgxX6s5dDcKSgybqQmfB8p/?lang=pt&format=pdf.scielo.br/j/ape/a/>. Acesso em: 13 mar. 2022.

OLIVIERI, A. C., VILLA, M. A. **Cronistas do Descobrimento**. 3ª ed. São Paulo: Ática, 2004.

RIBEIRO, P. R. M. Os momentos históricos da Educação Sexual no Brasil. In P. R. M. Ribeiro (Org.). **Sexualidade e educação: aproximações necessárias**. São Paulo: Arte & Ciência, 2004. p. 15-25

RUSSO, Mariana Monteiro. **Liberdade sexual e sexualidade feminina: discurso x prática**. 2019. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Comunicação - Habilitação em Publicidade e Propaganda) - Escola de Comunicação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2019.

UNESCO. Organização Educacional, Científica e Cultural das Nações Unidas. **Orientações técnicas internacionais de educação em sexualidade: Uma abordagem baseada em evidências**. 2 ed.revisada. Paris, 2018. Disponível em: <<https://www.unfpa.org/sites/default/files/pub-pdf/369308por.pdf>>. Acesso em: 3 out. 2021.

UNFPA (Fundo de População das Nações Unidas) **Apesar da redução dos índices de gravidez na adolescência, Brasil tem cerca de 19 mil nascimentos, ao ano, de mães entre 10 a 14 anos**. 2021. Disponível em <https://brazil.unfpa.org/pt-br/news/apesar-da-reducao-dos-indices-de-gravidez-na-adolescencia-brasil-tem-cerca-de-19-mil>. Acesso em 29 abr 2022.

APÊNDICES

QUESTIONÁRIO DE COLETA DE DADOS



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA CENTRO DE CIÊNCIAS EXATAS E DA NATUREZA LICENCIATURA EM CIÊNCIAS BIOLÓGICAS A DISTÂNCIA

Prezado participante,

Sou Rita Nayane de Lucena França, estudante do curso supracitado e meu trabalho de Conclusão de Curso (TCC) tem como tema **A PERCEPÇÃO DE ALUNOS DA REDE PÚBLICA DE ENSINO EM SÃO BENTO-PB SOBRE A EDUCAÇÃO SEXUAL NA ESCOLA**. Para tanto, necessito de sua fundamental ajuda respondendo a este questionário e dando sua autorização para que seus dados sejam utilizados no TCC mantendo seu nome sob sigilo. Não precisa se identificar se assim o preferir.

Fico extremamente grata

1- Com quem você possui maior liberdade para conversar sobre sexualidade e métodos de prevenção?

- ☐ Pais
- ☐ Amigos
- ☐ Outro: _____

2- Educação Sexual é um tema importante na sua opinião?

- ☐ Sim
- ☐ Não
- ☐ Talvez

3- Sobre quais métodos de prevenção ou anticoncepcionais você tem conhecimento?

- ☐ Camisinha
- ☐ Anticoncepcional
- ☐ Tabela
- ☐ DIU
- ☐ Todas as opções

4- Se estivesse namorando qual ou quais métodos usaria?

- ☐ Camisinha
- ☐ Anticoncepcional
- ☐ DIU
- ☐ Todas as opções

5- Nome da escola em que estuda.

6- Conhece alguém que já engravidou na sua idade?

- ☐ Sim
- ☐ Não

7- Qual foi a reação dos mais próximos?

- ☐ Sugeriu aborto
- ☐ Indignação
- ☐ Apoio

8- Na sua opinião o uso da camisinha seria um bom método de prevenção de gravidez e de IST?

- ☐ Sim
- ☐ Não
- ☐ Talvez

9- Sua escola fornece informações sobre sexualidade, gravidez e IST?

- ☐ Sim
- ☐ Não
- ☐ Talvez

10- Na sua opinião essas informações tem contribuído para a diminuição dos casos de gravidez, e IST entre os jovens?

- ☐ Sim
- ☐ Não
- ☐ Talvez

11- Quem poderia dar mais informações?

- ☐ Pais
- ☐ Escola

12- Nome

13- E-mail (opcional)

14- Comentários (opcional)



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS EXATAS E DA NATUREZA
CURSO DE LICENCIATURA EM CIÊNCIAS BIOLÓGICAS A DISTÂNCIA

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO - TCLE

Prezado (a) Senhor (a)

Esta pesquisa intitulada “ **A percepção de alunos da rede pública de ensino em São Bento-PB sobre a educação sexual na escola.**”, tendo como pesquisador (a) o (a) graduando (a) Rita Nayane de Lucena França, sob a orientação do (a) Prof. (a) Rafael Angel Torquemada Guerra, da Universidade Federal da Paraíba. O trabalho tem como objetivo geral conhecer a percepção de alunos que cursam o Ensino Médio na rede pública da cidade de São Bento – PB sobre a importância e a disponibilidade da Educação Sexual como parte do currículo escolar e será a base para a realização do Trabalho Acadêmico de Conclusão de Curso de Licenciatura em Ciências Biológicas da estudante supracitada. Solicitamos a sua colaboração para participar da pesquisa, como também sua autorização para apresentar os resultados deste estudo em eventos acadêmicos e publicações científicas. Por ocasião da publicação dos resultados, seu nome será mantido em sigilo.

Esclarecemos que sua participação no estudo é voluntária e, portanto, o (a) senhor (a) não é obrigado (a) a fornecer as informações e/ou colaborar com as atividades solicitadas pelo Pesquisador (a). Caso decida não participar do estudo, ou resolver a qualquer momento desistir do mesmo, não sofrerá nenhum dano, nem haverá modificação na assistência que vem recebendo na Instituição. Os pesquisadores estarão à sua disposição para qualquer esclarecimento que considere necessário em qualquer etapa da pesquisa.

Diante do exposto, declaro que fui devidamente esclarecido (a) e dou o meu consentimento para participar da pesquisa e para publicação dos resultados. Estou ciente que receberei uma cópia desse documento.

____/____/____
Assinatura do Participante da Pesquisa

Local _____,

Atenciosamente,

(Nome do (a) Estudante Responsável)